



O celular na escola:

modo
aprendizagem



Orientações



Secretaria
de Educação





Apresentação



A importância de uma abordagem equilibrada e construtiva no uso de dispositivos móveis nas escolas

A Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025, estabelece normas para o uso de dispositivos eletrônicos portáteis, incluindo os celulares, nas instituições de Educação Básica. Essa legislação reconhece o papel fundamental da tecnologia na educação, mas também ressalta a importância de seu uso responsável, especialmente no contexto escolar.

A escola tem o compromisso de implementar práticas que equilibrem o acesso às tecnologias e o foco nas aprendizagens, de maneira a preservar a qualidade do ambiente pedagógico e o protagonismo dos estudantes no processo educativo.

Diante disso, este material foi elaborado com o intuito de apoiar as unidades escolares na aplicação das diretrizes previstas pela Lei nº 15.100/2025, oferecendo estratégias pedagógicas que promovam o uso responsável dos dispositivos eletrônicos, incluindo os celulares, no cotidiano escolar, em consonância com o Memorando Circular Nº 5/2025 - SEE/GAB/AESP (162577028).



O contexto



A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) reconhece a relevância dos normativos legais para a definição de diretrizes para o uso consciente de aparelhos eletrônicos portáteis, em especial, o celular, no ambiente escolar e percebe que esta pode ser uma oportunidade para qualificar as relações interpessoais e as práticas pedagógicas.

Assim, este momento de transição e mudança vai além da simples regulamentação do uso de dispositivos móveis. A ideia é transformar o uso do celular na escola, a fim de que ele passe de uma potencial fonte de distração para um recurso pedagógico, sempre com a finalidade de enriquecer os processos de ensino e de aprendizagem, buscando-se promover interação social, aprendizagens ativas e, sobretudo, a realização de ações que favoreçam o desenvolvimento da autonomia dos estudantes.





O contexto



Um dos principais pontos de objeção à lei manifesta-se na argumentação de que os aparelhos celulares são uma forma de comunicação entre a família e os estudantes. No entanto, ressalta-se:

Há diferença entre porte e uso

O estudante poderá levar o seu dispositivo móvel e poderá entrar em contato com a família tanto antes do início do turno, quanto no final deste, garantindo as questões de segurança. O que está vedado é o uso do dispositivo durante todo o período escolar, incluindo aulas, recreios e demais intervalos.

Há diferentes canais de comunicação entre as famílias e as unidades escolares

É fundamental resgatar e divulgar para os pais e/ou responsáveis quais são esses canais. Em casos de urgência e emergência (que poderão ser estabelecidos por cada instituição), a família poderá utilizar esses canais para se comunicar com o estudante.



O contexto



É importante diferenciar o uso de celulares do uso de tecnologia!



Faz-se necessário desmistificar a premissa de que, ao proibir o uso de aparelhos celulares nas escolas, ocorrerá um distanciamento entre educação e tecnologia.

Há diversas formas de uso de tecnologias que não perpassam pelos celulares, uma vez que estes se revelaram como fonte de distração. Contudo, o mais importante é possibilitar a todos os envolvidos o entendimento de que esse uso precisa ser programado e sistematizado de acordo com a sua intencionalidade pedagógica.

Assim, o uso consciente e educativo da tecnologia pode contemplar, por exemplo:

- Laboratórios de informática, voltados para a programação, *design* gráfico, produção de vídeos e mídias digitais.
- Projetos de mediação digital, ensinando os estudantes a utilizar a tecnologia de forma produtiva para pesquisas e estudos.
- Criação de uma rádio escolar, em que os estudantes podem compartilhar músicas, notícias e debates educativos.



Sensibilização e engajamento de toda a comunidade escolar



Diálogo e reflexão coletiva sobre o uso do celular

As coordenações e reuniões pedagógicas são momentos estratégicos para apresentar as legislações e iniciar as discussões para a definição de ações. Vale lembrar que os professores terão papel primordial na gestão da sala de aula e na definição do uso do celular para fins pedagógicos, bem como de estratégias de monitoramento e protocolos para que os ajustes sejam feitos na medida em que se fizerem necessários.

Assim, é importante que o tema seja amplamente discutido junto aos professores para que haja entendimento da legislação, com o intuito de otimizar as práticas em prol dos benefícios para a saúde mental e socialização dos estudantes.

Em relação aos pais e/ou responsáveis, sugere-se que sejam definidas diferentes formas de comunicação para que eles possam conhecer as legislações, receber orientações e participar de encontros e reuniões formativas e informativas sobre as restrições e o uso consciente de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais, inclusive a respeito do risco de nomofobia.



Nomofobia



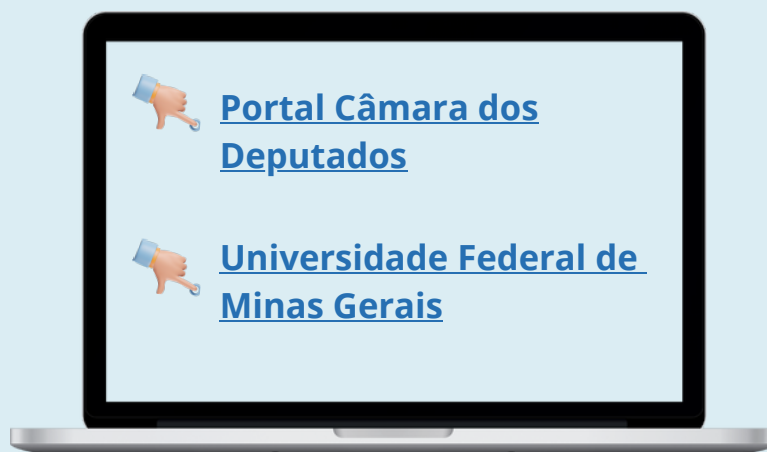
Leihge Roselle, da Universidade Federal do Mato Grosso, especialista em psicologia de saúde e doutoranda em educação, explica a nomofobia à Rádio Câmara



Nomofobia é uma doença cada vez mais comum, mas que pouca gente conhece. Quando você não consegue deixar o celular ou o computador, cuidado, você pode estar sofrendo de dependência do seu dispositivo eletrônico.

A especialista explica, ainda, que a nomofobia “[...] se refere ao medo ou ansiedade pela falta de uso do celular e causa sensação de medo, irritabilidade e prejuízo na vida, como falta de sono e dificuldades no trabalho, na escola e principalmente nas relações sociais.”

Quer saber mais?





Nomofobia



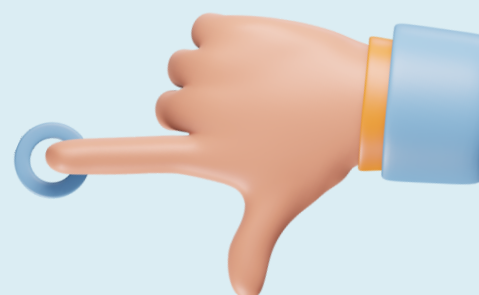
O **Guia de Valorização da Vida**, elaborado pela SEEDF, apresenta orientações para prevenção ao *bullying*, à automutilação e ao suicídio na escola



Os espaços de trocas e de diálogos contribuem para promoção de reflexões e ressignificações, que, por sua vez, ajudam nos processos de autoconhecimento, autorregulação, respeito a si e ao outro. Essas competências favorecem as relações interpessoais e o bem-estar pessoal e social. Além disso, podem contribuir para que os estudantes se sintam mais preparados e fortalecidos para enfrentar e ressignificar as adversidades (dores, sofrimentos, dificuldades e frustrações) inerentes à vida.

Acesse!

[Guia de Valorização da Vida](#)





Orientando e sensibilizando os estudantes



É essencial que os estudantes compreendam que não se trata de uma medida punitiva, mas sim protetiva!

Algumas estratégias

- ✓ Realização de palestras e rodas de conversa sobre o entendimento dos estudantes acerca da legislação, sobre suas expectativas a respeito das mudanças, bem como dos impactos do uso excessivo de telas e os benefícios da socialização e autonomia.
- ✓ Criação de combinados para o estabelecimento de um pacto coletivo voltado para o uso responsável da tecnologia dentro e fora da escola.
- ✓ Criação de um espaço de percepção ativa dos estudantes para que eles tenham liberdade de se expressar, apresentando suas dificuldades e sugestões sobre a nova regra.
- ✓ Realização de *lives* e elaboração de informativos e outros materiais com orientações claras e objetivas.
- ✓ Disponibilização de suporte/apoio emocional para os estudantes que apresentarem sintomas de inadaptação às novas regras.



Espaços de percepção e acolhimento para estudantes e profissionais da educação



Não se trata da criação de novas estruturas físicas ou contratação de profissionais especializados, mas sim de promover uma cultura de acolhimento dentro da escola, envolvendo as equipes de apoio: Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem e/ou Orientação Educacional

É importante que a escola (Gestão, Equipe de Apoio e Equipe Pedagógica) promova espaços de percepção, trocas, reflexões e ressignificações, favorecendo diálogos, rodas de conversa, assembleias etc.

Os casos de estudantes e/ou profissionais da educação que estiverem em sofrimento psíquico, os quais extrapolam as práticas pedagógicas e educacionais exercidas pela escola, deverão ser encaminhados para profissionais da área de saúde, tais como médicos e psicólogos. No que se refere aos estudantes, esses profissionais da área de saúde podem ser encontrados via fluxo de encaminhamento de estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal, com demandas de saúde mental e/ou dificuldades no desenvolvimento e nas aprendizagens.

Quer saber mais?

Guia elaborado pelo Ministério da Educação:

[Conscientização para uso de celulares na escola: por que precisamos falar sobre isso?](#)





A sustentabilidade da nova regra



Não basta retirar algo que é valioso para todos!

É preciso repensar tempos e espaços que possam ser prazerosos para que a atenção dispensada ao uso do aparelho celular passe a ser desviada para ações atrativas, produtivas e interativas.

Assim, é importante tomar iniciativas que ajudem a escola a transformar a proibição do celular em uma oportunidade de estimular a autonomia, a criatividade e a socialização saudável:

- ✓ Criação de áreas de convivência interativas com jogos de tabuleiro, materiais de leitura e desafios lógicos.
- ✓ Uso do pátio e áreas externas para estimular a convivência, oferecendo bancos, sombras e ambientes confortáveis.
- ✓ Implementação de clubes e atividades extracurriculares:
 - Clubes de interesse – clube do livro, de xadrez, de música, de teatro, de robótica, entre outros.
 - Oficinas semanais – escrita criativa, desenho, culinária saudável, *podcast* estudantil etc.
 - Projetos de Iniciação Científica e *Maker* em que os estudantes possam desenvolver experimentos e construir coisas.



A sustentabilidade da nova regra



- ✓ Incentivo a jogos e brincadeiras nos momentos de intervalos/recreios:
 - Jogos cooperativos, no sentido de incentivar a colaboração mútua.
 - Esportes como queimada, vôlei, futsal, dança etc.
 - Gincanas e desafios envolvendo perguntas e respostas, caça ao tesouro e atividades recreativas.
 - Torneios de jogos de tabuleiro como dama, xadrez e outros jogos estratégicos.

- ✓ Promoção da autonomia e do protagonismo juvenil:
 - Projetos interdisciplinares, nos quais os estudantes escolhem temas de interesse e desenvolvem pesquisas e apresentações.
 - Criação de um mural interativo para compartilhamento de ideias, eventos e reflexões feitas pelos próprios estudantes.
 - Grêmios estudantis ativos, promovendo debates, eventos e ações para a escola.

- ✓ Incentivo à leitura e produção criativa:
 - Cantinhos de leitura espalhados pela escola, incentivando o contato com livros, gibis, mangás e demais histórias.
 - Desafios de escrita e concursos literários, estimulando a criatividade e a produção textual.
 - Jornal ou *blog* estudantil, permitindo que os estudantes expressem suas opiniões e talentos.



O público da Educação Especial



No que se refere aos estudantes com deficiências, TEA, Altas habilidades/Superdotação, a integração de tecnologias pode apoiar a inclusão e estimular as aprendizagens, com intuito de superação das barreiras de comunicação e acesso à informação.

Na Lei que dispõe sobre a utilização de aparelhos eletrônicos por estudantes nas instituições escolares, fica claro que o equipamento pode ser garantido nos aspectos relacionados à acessibilidade aos estudantes com eficiência, para atender às condições de saúde e assegurar os seus direitos fundamentais.

Para assegurar as aprendizagens dos estudantes, é fundamental que a equipe pedagógica consulte os relatórios pedagógicos e clínicos dos estudantes da Educação Especial, a fim de conhecer os recursos necessários para a implementação de estratégias pedagógicas inclusivas, garantindo acessibilidade e o desenvolvimento pleno de cada estudante.

A todos os estudantes que necessitarem dos equipamentos eletrônicos, é importante a construção de um plano de trabalho com o apoio das equipes especializadas e da Sala de Recursos, para que nenhuma das especificidades dos estudantes sejam negligenciadas.



O público da Educação Especial



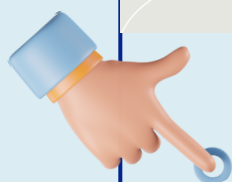
No que se refere aos vários recursos disponíveis que podem auxiliar na educação inclusiva para os estudantes com deficiência, ressaltam-se os aplicativos de comunicação, jogos sensoriais, plataformas de aprendizado personalizadas e aplicativos para desenvolvimento de habilidades sociais.

Com as diversas formas de oferta para aprendizagens equitativas e especializadas, destaca-se que a escola é um espaço democrático que deve primar pelas ações que contemplem as habilidades de cada sujeito que compõe esse processo.

Quer saber mais?

**Celulares
nas escolas**

Uso **consciente, pedagógico e seguro**



O Ministério da Educação disponibiliza reflexões, orientações e *lives*.

<https://www.gov.br/mec/pt-br/celular-escola>



Palavras finais



A integração equilibrada da tecnologia no ambiente escolar exige um compromisso coletivo entre gestores, educadores, estudantes e famílias.

Assim, ao adotar medidas que conciliam a necessidade de concentração e disciplina com abordagens pedagógicas inovadoras, a escola assegura o cumprimento da legislação vigente e promove um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e significativo, com vistas a transformar desafios em oportunidades, por meio do diálogo e da mediação, como ferramentas essenciais para a construção de um convívio saudável entre tecnologia e educação.

Mais do que restringir o uso de celulares, o papel da escola é educar para a autonomia e a responsabilidade digital, preparando os estudantes para um mundo em que a tecnologia está cada vez mais presente. Dessa forma, a escola reafirma sua missão de formar cidadãos críticos, éticos e preparados para os desafios contemporâneos.